manchete

Público

12-08-2020

Periodicidade: Diário
Classe: Informação Geral
Âmbito: Nacional
Pagina(s): 16

Rui Pinto equacionou receber salários da Doyen através de *offshore*

Justiça
Ana Henriques
e Miguel Dantas

Em 2015 pirata informático andou a inteirar-se dos regimes fiscais que mais lhe convinham, se fosse contratado pelo fundo

Rui Pinto equacionou receber salários da Doyen através de uma *offshore* para obter vantagens fiscais, revela uma mensagem de correio electrónico enviada pelo pirata informático ao seu então advogado, Aníbal Pinto, em 2015, que o PÚBLICO consultou no âmbito do processo judicial.

O *hacker* é acusado de tentar extorquir dinheiro a este fundo de investimento que geria passes de jogadores de futebol. Em troca do dinheiro, Rui Pinto destruiria toda a informação sensível para o fundo de investimento, prometendo não revelar mais informações sobre a Doyen no *site* do *Football Leaks*, acusa o Ministério Público (MP). O advogado Aníbal Pinto é suspeito de o ajudar nesses propósitos criminosos invocados pela acusação. Desde que foi detido, Rui Pinto sempre alegou que estava apenas a tentar perceber o valor da informação recolhida, não sendo sua intenção receber dinheiro algum por parte do fundo sediado em Malta.

Contactado pelo PÚBLICO, Aníbal Pinto confirmou o conteúdo desta e de outras mensagens de correio electrónico que ele próprio fez chegar ao processo judicial que entra em julgamento a 4 de Setembro. "Não é ilegal recorrer a *offshores*. O [grupo] Jerónimo Martins também o faz", observa. Porém, Rui Pinto sempre se mostrou muito crítico de figuras que, como Cristiano Ronaldo e outros jogadores, tentaram minimizar de todas as formas as prestações devidas ao fisco. De relembrar que o internacional português foi condenado a reembolsar o fisco espanhol em 16,7 milhões de euros.

Depois de ter tentado, segundo o Ministério Público, sacar entre meio milhão e um milhão de euros ao fundo de investimento, com recurso a um nome fictício, o *hacker* acabou por recorrer a Aníbal Pinto como intermediário para lhe negociar o pagamento de um salário, supostamente a troco dos seus préstimos como informático. Aqui, o que estava em causa já não eram valores tão elevados, mas sim 125 mil euros repartidos ao longo de cinco anos, à razão de 25 mil por ano.

Num *email* enviado ao seu advogado em Outubro de 2015, Rui Pinto avança algumas possibilidades para receber o dinheiro: "Haveria ainda a hipótese de eu criar uma empresa numa *offshore*, por exemplo em Malta ou no Chipre. Pelo que vi em Malta, o imposto é 35%, mas na realidade é de apenas 5%, porque 30% são devolvidos." A ideia, explicava, era evitar a dupla tributação. Contactado pelo PÚBLICO, o advogado do *hacker*, Francisco Teixeira da Mota, escusou-se a dar explicações sobre esta questão, alegando que as fornecerá durante o julgamento.

O *email* em causa não consta da acusação ao pirata informático. Por uma razão, segundo o seu antigo advogado: "Não encaixa na tese do Ministério Público de que a Doyen nunca teve intenção de contratar Rui Pinto." E para que fins o iria contratar? Segundo a defesa de Aníbal Pinto, o então administrador do fundo, Nélio Lucas, terá sugerido utilizar as suas competências informáticas para aceder ilegitimamente aos servidores da Federação Portuguesa de Futebol, intenção que terá ficado gravada numa conversa escutada pela Polícia Judiciária.

A revelação surge numa mensagem de correio electrónico enviada pelo *hacker* ao advogado Aníbal Pinto

Aníbal Pinto sempre negou ter participado na tentativa de extorsão, e outra das mensagens de correio electrónico que juntou ao processo parece corroborá-lo. A 11 de Outubro daquele ano escreveu, num *email* dirigido a Rui Pinto, que não podia colaborar em nada que tivesse indícios de ilegalidade. "E este caso parece-me ter muitas", acrescentava.

A suspeita do crime de extorsão é o único dos 90 delitos de que Rui Pinto está actualmente acusado que contempla a medida de coacção mais gravosa. Foi apenas por este crime que esteve detido preventivamente durante 14 meses, vendo por várias vezes negada a hipótese de ser transferido para prisão domiciliária, decisão que a Justiça acabou por tomar só em Abril. Na passada sexta-feira foi libertado, na sequência da colaboração com a Polícia Judiciária e Ministério Público em várias investigações. Tanto o director da Judiciária como o do Departamento Central de Investigação e Acção Penal acreditam na sua regeneração.

RODRIGO ANTUNES/LUSA

O julgamento de Rui Pinto começa no dia 4 de Setembro em Lisboa

Agradecimento no Twitter

Rui Pinto voltou às redes sociais e escreveu ontem no Twitter que Portugal "continua um paraíso para a grande corrupção e para o branqueamento de capitais".

"É agora mais do que nunca, que precisamos de união e resiliência. Portugal tem de mudar!", acrescentou. E agradeceu: "Um bem-haja a todos aqueles que desde a primeira hora demonstraram o seu apoio e solidariedade. Finalmente esta árdua e longa 'travessia do deserto' chegou ao fim."

Rui Pinto chega a tribunal acusado de 90 crimes: um crime de tentativa de extorsão, seis de acesso ilegítimo, 68 de acesso indevido, 14 de violação de correspondência e um de sabotagem informática.

ana.henriques@publico.pt
miguel.dantas@publico.pt

Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.